



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000268-48.2017.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF - 3719/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2163/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Indiciado: **RENAN APARECIDO DEMEDIO DE OLIVEIRA**

Réu Preso

Aos 16 de fevereiro de 2018, às 16:40h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu RENAN APARECIDO DEMEDIO DE OLIVEIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Joemar Rodrigo Freitas - Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu, sendo todos os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. RENAN APARECIDO DEMEDIO DE OLIVEIRA, qualificado a fls.06, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, *caput*, da lei nº11.343/06, porque em 23.12.2017, por volta de 22h00, na Rua Guadalajara, próximo ao numeral 750, Jardim Gonzaga, em São Carlos, trazia consigo para fins de venda e comercialização, 20 (vinte) pinos de cocaína, pesando 17,0g, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Resposta à acusação a fls.93/95. A denúncia foi recebida em 06.02.2018 (fls.97). Nesta audiência procedeu-se a oitiva de duas testemunhas, interrogando-se o réu na sequência. As partes manifestaram-se nos debates orais. O Ministério Público requereu a a condenação nos termos da denúncia, com regime inicial fechado. A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou pela absolvição por insuficiência de provas. **É o Relatório. Decido.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls.23 e pelo laudo de exame químico-toxicológico de fls.31/33. A autoria também é certa, conquanto não admitida pelo denunciado. Interrogado em juízo, o réu negou a prática da infração penal que lhe foi atribuída, admitindo a propriedade dos tóxicos apreendidos, mas asseverando que se destinavam ao seu próprio consumo. Sua versão, contudo, foi desautorizada pelos elementos de prova amealhados. Ouvidos sob o crivo do contraditório, os policiais militares responsáveis pela diligência prestaram declarações seguras e uniformes sobre o fato. Disseram que realizavam patrulhamento de rotina no local indicado na denúncia, conhecido ponto de venda de droga desta cidade, quando notaram que o denunciado alterou a sua marcha e dispensou ao solo uma embalagem no interior da qual observou-se posteriormente estavam posicionadas vinte porções de cocaína. As testemunhas acrescentaram que o denunciado também estava com a quantia de R\$30,00 em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

dinheiro. Mencionaram também que o réu admitiu que realizava a venda de drogas e que o dinheiro que ele portava era resultado da venda de três pinos de cocaína. Ainda de acordo com os agentes públicos próximo ao ponto em que estava o denunciado havia uma mochila com bens de valor. As circunstâncias da abordagem, a apreensão de numerário, a admissão informal de responsabilidade e o local do fato, notório ponto de comercialização de entorpecentes, indicam que na oportunidade o denunciado promovia o comércio clandestino. De rigor, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em 05 (cinco) anos de reclusão e no pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Reconheço em desfavor do acusado a agravante da reincidência, tendo em vista a condenação transitada em julgado certificada a fls.86, e em seu favor a atenuante da menoridade relativa. Tratando-se a reincidência de circunstância preponderante (artigo 67 do Código Penal), elevo a pena para o total de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Ainda que não se trate de réu reincidente específico, em consonância com jurisprudência consolidada, deixo de aplicar a causa de diminuição prevista no parágrafo 4º, do artigo 33 da lei de drogas, por ausência de requisito específico. Fixo multa mínima, em razão da capacidade econômica do autor do fato. Tratando-se de crime assemelhado aos hediondos praticado por réu reincidente, estabeleço regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta. Inviável a substituição por ausência dos requisitos legais. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação penal e **condeno** o réu RENAN APARECIDO DEMEDIO DE OLIVEIRA como incurso no art.33, *caput*, da Lei 11.343/06, a pena de **05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa**, na forma especificada. Permanecem inalteradas as condições de fato que ensejaram a decretação da prisão preventiva, razão pela qual não se autoriza recurso em liberdade. Comunique-se o presídio onde se encontra o réu. Declaro o perdimento do valor apreendido, pois decorrente da prática da infração. Autorizo a incineração da droga. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: